

**RE no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 55.391 - BA  
(2017/0245467-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**RECORRENTE : NELSON PIRES NASCIMENTO JUNIOR**  
**ADVOGADOS : BRUNO DE ALMEIDA MAIA E OUTRO(S) - BA018921**  
**BARTOLOMEU DE JESUS CHAVES FILHO - BA049468**  
**RECORRIDO : ESTADO DA BAHIA**  
**PROCURADOR : ZUNALDO DO NASCIMENTO DANTAS E OUTRO(S) -**  
**BA013609**

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO. DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE DA PENA DE DEMISSÃO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA REFLEXA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279/STF. RECURSO NÃO ADMITIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por NELSON PIRES NASCIMENTO JUNIOR, com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls.409/410):

RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO. INVESTIGADOR DA POLÍCIA CIVIL DA BAHIA. DISPARO DE ARMA DE FOGO. LOCALIDADE DIVERSA DE ONDE DEVERIA ESTAR DE PLANTÃO. PROPORCIONALIDADE DA PENA.

1. Na origem, trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra pretenso ato coator cometido pelo Governador do Estado da Bahia, com o escopo de anular o processo administrativo disciplinar que decidiu por lhe impor a pena de demissão.

2. Consoante se verifica dos autos, a alegada prescrição não ocorreu, porquanto o PAD foi instaurado em 27.7.2012, conforme a Portaria 455/2012, tendo sido concluído no dia 22.7.2015, após três anos e cinco dias do seu início. De outro lado, o art. 203 da Lei 6.677/1994 - Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais prescreve que a ação disciplinar prescreverá em 5 anos.

3. A competência para instaurar o processo administrativo disciplinar contra o indiciado não é exclusiva do Governador do Estado da Bahia, conforme consta do art. 235 do Estatuto dos Servidores da

Bahia, portanto o Secretário de Segurança Pública da Bahia pode instaurá-lo, sendo-lhe vedado apenas julgá-lo.

4. Consta dos autos que o recorrente, investigador da polícia civil, cometeu ato ilícito consistente em disparo de arma de fogo a esmo em via pública, tendo, na ocasião, atingido pessoa idosa e criança que passavam no local. Para agravar a sua situação, ficou comprovado no processo que os disparos foram realizados em cidade diversa da qual deveria estar de plantão e durante festa por ele organizada.

5. O art. 95 da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia prevê pena de demissão para aqueles que fizerem "uso indevido de arma ou equipamento que lhe tenha sido confiado para o serviço". Dessarte, o ato ilícito praticado pelo recorrente subsume-se ao comando legal.

6. Por último, aprecio o argumento do recorrente de ausência de proporcionalidade e razoabilidade da pena de demissão. Os fatos descritos nos autos são muito graves. É inconcebível que um investigador da polícia civil, durante o horário de serviço, se ausente de sua função, desloque-se para outro município, com a finalidade de organizar uma festa; lá, dispare sua arma de fogo, atingindo duas pessoas. A missão do investigador de polícia é colaborar com a elucidação dos ilícitos penais cometidos pelos meliantes, e não contribuir para o incremento da criminalidade que assombra os municípios brasileiros. Portanto, a adequação e a necessidade da pena de demissão estão plenamente demonstradas pelo acórdão recorrido.

7. Recurso Ordinário não provido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 422/431), sustenta o recorrente, em síntese, que está presente a repercussão geral da questão tratada e que o acórdão recorrido viola os princípios constitucionais da "moralidade, da razoabilidade, da legalidade e da proporcionalidade", previstos no art. 37 da Constituição Federal. Pugna pela anulação da pena, sob o argumento de que não restou comprovada de forma cabal a gravidade da conduta.

Contrarrazões às fls. 439/441.

É o relatório.

**Decido.**

Cinge-se a controvérsia do caso à duas questões, quais sejam, a da comprovação da gravidade da conduta do servidor e à proporcionalidade/razoabilidade da pena de demissão a ele aplicada.

Extraio do acórdão recorrido, no que respeita às impugnações deduzidas, a seguinte fundamentação:

Consta dos autos que o recorrente, investigador da polícia civil, cometeu ato ilícito consistente em disparo de arma de fogo a esmo em via pública, tendo, na ocasião, atingido pessoa idosa e criança que passavam no local. Para agravar a sua situação, ficou comprovado no processo que os disparos foram realizados em cidade diversa da qual deveria estar de plantão e durante festa por ele organizada.

O art. 95 da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia prevê pena de demissão para aqueles que fizerem "uso indevido de arma ou equipamento que lhe tenha sido confiado para o serviço;". Dessarte, o ato ilícito praticado pelo recorrente subsume-se ao comando legal.

Por último, aprecio o argumento do recorrente de ausência de proporcionalidade e razoabilidade da pena de demissão. Os fatos descritos nos autos são muito graves. É inconcebível que um

investigador da polícia civil, durante o horário de serviço, se ausente de sua função, desloque-se para outro município, com a finalidade de organizar uma festa; lá, dispare sua arma de fogo, atingindo duas pessoas.

A missão do investigador de polícia é colaborar com a elucidação dos ilícitos penais cometidos pelos meliantes, e não contribuir para o incremento da criminalidade que assombra os municípios brasileiros. Portanto, a adequação e a necessidade da pena de demissão estão plenamente demonstradas pelo acórdão recorrido.

Como se vê, a análise da questão suscitada no presente Recurso Extraordinário perpassa pelo exame da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado da Bahia - Lei nº 11.370/09 - de modo que eventual afronta à Constituição Federal, se houvesse, seria indireta (ofensa reflexa), o que não legitima a interposição do apelo extremo.

Além do mais, a modificação da pena aplicada e sua medida demandariam o reexame dos elementos de convicção existentes nos autos (fatos e provas), o que não é permitido em sede de recurso extraordinário, frente ao óbice da Súmula 279 do Supremo Tribunal Federal.

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes precedentes da Corte Constitucional, em casos análogos :

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Direito Administrativo. 3. Servidor público. **Demissão.** Legalidade do processo administrativo disciplinar. 4. Matéria infraconstitucional. **Ofensa reflexa à Constituição Federal. Necessidade de reexame do acervo probatório. Súmulas 279 e 280 do STF.** Precedentes. 5. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 6. Negativa de provimento ao agravo regimental.

(ARE 1148248 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 06/11/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-250 DIVULG 22-11-2018 PUBLIC 23-11-2018)

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Direito Administrativo. Processo administrativo-disciplinar. Policial militar. **Demissão. Razoabilidade da sanção. Reanálise. 3. Matéria infraconstitucional. Ofensa reflexa à Constituição Federal. Necessidade de reexame do acervo probatório. Súmulas 279 e 280.** Precedentes. 4. Ausência de argumentos capazes de infirmar a decisão agravada. 5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(ARE 980074 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 17/03/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-065 DIVULG 30-03-2017 PUBLIC 31-03-2017)

Agravo regimental no agravo de instrumento. Administrativo. Servidor público. Policial civil. **Demissão.** Processo administrativo disciplinar regular. **Sanção aplicada. Discussão. Legislação local. Ofensa reflexa. Reexame de fatos e provas.** Impossibilidade. Precedentes. 1. Inadmissível, em recurso extraordinário, a análise da legislação infraconstitucional local e o reexame do conjunto fático-probatório da causa. Incidência das Súmulas nºs 280 e 279/STF. 2. Agravo regimental não provido.

(AI 763349 AgR, Relator(a): Min. DIAS TOFFOLI, Primeira

Turma, julgado em 09/04/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-104  
DIVULG 29-05-2014 PUBLIC 30-05-2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. **DEMISSÃO**. 1. Cabimento de mandado de segurança em tribunal diverso. **Matéria infraconstitucional**. Ausência de repercussão geral. 2. **Análise da razoabilidade e proporcionalidade do ato demissório. Reexame de fatos e provas. Súmula n. 279 do Supremo Tribunal Federal**. 3. Controle judicial de ato administrativo: inexistência de contrariedade ao princípio da separação dos poderes. 4. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

(ARE 744080 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 17/09/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-203  
DIVULG 11-10-2013 PUBLIC 14-10-2013)

Embargos de declaração em recurso extraordinário com agravo. 2. Decisão monocrática. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. 3. Processo administrativo-disciplinar. **Demissão. Violação ao princípio da proporcionalidade. Controvérsia decidida à luz da legislação local aplicável e do acervo fático-probatório. Incidência dos enunciados 280 e 279 da Súmula desta Corte**. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(ARE 727225 ED, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 05/03/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-051  
DIVULG 15-03-2013 PUBLIC 18-03-2013)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. **DEMISSÃO DE SERVIDOR**. 1. CONTROLE JUDICIAL DE ATO ADMINISTRATIVO: INEXISTÊNCIA DE CONTRARIEDADE AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. 2. **CONTROVÉRSIA SOBRE OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE: SÚMULA N. 279 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**. 3. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.

(ARE 707292 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 02/10/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-211  
DIVULG 25-10-2012 PUBLIC 26-10-2012)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. **SERVIDOR PÚBLICO. DEMISSÃO**. OBSERVÂNCIA DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. **REEXAME DE NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS, BEM COMO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 279 E 280. INCIDÊNCIA. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 37, CAPUT. INCABÍVEL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

I. Para dissentir da conclusão adotada pelo acórdão recorrido, quanto à suposta violação à ampla defesa e ao contraditório no processo administrativo ao qual foi submetido o ora agravante, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos bem como a análise de normas infraconstitucionais locais, o que atrai a incidência

das Súmulas 279 e 280 do STF. Precedentes. II. **As alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição.** III Agravo regimental improvido.

(ARE 649641 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 20/09/2011, DJe-190 DIVULG 03-10-2011 PUBLIC 04-10-2011 EMENT VOL-02600-02 PP-00248)

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENA DE **DEMISSÃO. ANULAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. OFENSA INDIRETA OU REFLEXA À CONSTITUIÇÃO. ÓBICE DOS ENUNCIADOS 279 E 636 DA SÚMULA/STF.** Agravo regimental a que se nega provimento.

(AI 783582 AgR, Relator(a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 14/06/2011, DJe-123 DIVULG 28-06-2011 PUBLIC 29-06-2011 EMENT VOL-02553-03 PP-00406)

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, não admito o recurso extraordinário.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente